

Momentum

Newsletter

nº 24

2º trimestre

2018

Servulo

Acompanhe as nossas notícias
e outras informações jurídicas
em www.servulo.com

P . 03

Tendências

Direito Laboral

P . 04

**Acórdão de Fixação
de Jurisprudência
N.º 8/2017**

P . 05

**Conversão de créditos
em Capital Social**

P . 06

**Alteração do Regime
Jurídico da Transmissão
de Estabelecimento**

P . 07

**Tramitação Eletrónica dos
Processos da Jurisdição
Administrativa e Fiscal**

A Portaria n.º 380/2017, de 19 de Dezembro

P . 08

Em destaque

**Cadastro Simplificado de Prédios
Rústicos e Mistos
e Balcão Único do Prédio —**

**Incêndios de 2017 - Fénix renascida
ou acha para a fogueira?**

Tendências

Direito Laboral

Rita Canas da Silva

Advogada Principal | Área de Direito Laboral

→ rsc@servulo.com



No domínio laboral, o ano de 2018 gravitará em torno de três temas essenciais:

1. Transmissão de unidade económica

A Lei n.º 14/2018, de 19 de março, alterou significativamente o regime antes vigente nesta matéria. A nova redação entrou em vigor em 20 de março, complexificando o processo e dificultando a calendarização das operações: antecipa-se, pois, um crescendo de solicitações em torno desta temática.

2. Proteção de dados pessoais e direito dos trabalhadores à privacidade

A decisão de 5 de setembro de 2017 da Grand Chamber do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, em *Bogdan Barbulescu c. Roménia*, tornou claro que qualquer política de monitorização da utilização, pelos trabalhadores, de emails profissionais para fins privados, deverá ser minuciosamente enquadrada em regulamento interno. O mediatismo do caso, a par da entrada em vigor, em 25 de maio, do Regulamento Geral de Proteção de Dados, dá o mote à necessária revisão de diversos normativos internos referentes, nomeadamente, ao uso da internet, acesso à cloud, políticas de reporte e denúncia (whistleblowing) ou à utilização de veículos automóveis equipados com mecanismos de geolocalização.

3. Nova reforma laboral?

No final de março deste ano, o Governo apresentou aos parceiros sociais um conjunto de medidas que tem por objetivo o combate à precariedade e a dinamização da contratação coletiva.

Para além do anunciado fim do banco de horas individual e da implementação do designado contrato-geração, o pacote de alterações tem ainda em vista refrear o recurso à contratação a termo. Entre as diversas medidas divulgadas, conta-se a redução dos prazos máximos de duração dos contratos a termo certo (de 3 para 2 anos) e a termo incerto (de 6 para 4 anos), a par de uma redução da extensão das renovações admitidas. É igualmente anunciada uma contribuição adicional para a Segurança Social, entre 1% e 2%, reservada a entidades que recorram expressivamente, no contexto do respetivo setor, à contratação a termo certo.

O ano de 2018 é, assim, profícuo em novidades legais e jurisprudenciais que condicionam a gestão laboral das organizações: importa, por isso, acompanhar de perto estas alterações, avaliando o seu impacto e antecipando contingências.

A Newsletter Momentum chega até si com uma imagem renovada e um novo espaço de partilha de tendências nas várias áreas de prática e sectores em que esta sociedade atua. Nesta edição focámo-nos no Direito Laboral. Esperemos que a mudança venha ao encontro das suas expectativas. Caso pretenda, poderá enviar os seus comentários e sugestões, por email, para marketing@servulo.com.

Ana Luísa Carvalho de Melo
Advogada Estagiária
→ alm@servulo.com



Acórdão de Fixação de Jurisprudência N.º 8/2017

O Supremo Tribunal de Justiça proferiu acórdão que fixou a seguinte jurisprudência: “[a]s declarações para memória futura, prestadas nos termos do artigo 271.º do Código de Processo Penal, não têm de ser obrigatoriamente lidas em audiência de julgamento para que possam ser tomadas em conta e constituir prova validamente utilizável para a formação da convicção do tribunal, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 355.º e 356.º, n.º 2, alínea a) do mesmo Código”.

Em regra, só podem concorrer para a formação do tribunal provas produzidas ou examinadas em audiência – vide artigo 355.º, n.º 1 do Código de Processo Penal (“CPP”). Não obstante, o princípio da imediação é excepcionado na medida em que se admite a leitura, visualização ou audição em audiência de prova contida em atos processuais, nomeadamente, declarações para memória futura, previstas no artigo 271.º do CPP – nos termos dos artigos 355.º, n.º 2 e 356.º do CPP.

O tema que recebe interpretação divergente na jurisprudência e é objeto do acórdão prende-se com saber se a faculdade de leitura das declarações (para memória futura) em audiência é, em bom rigor, obrigatória para que as mesmas possam ser valoradas pelo tribunal.

O acórdão de fixação de jurisprudência, com quatro votos de vencido, decidiu que a leitura das declarações constitui uma mera faculdade, com a seguinte fundamentação:

- Da interpretação literal conjugada das disposições supra referidas não resulta – de forma explícita ou implícita – a obrigatoriedade de leitura das declarações, donde seria contraditório fazer depender a validade dessa prova da sua leitura em audiência;
- As declarações para memória futura são prestadas perante o juiz de instrução, com presença do defensor do arguido e do Ministério Público, permitindo um contacto directo com a fonte da prova e um debate oral entre os últimos perante o primeiro;
- Se é verdade que não se verifica imediação entre o declarante e o juiz de julgamento no ato de tomadas das

declarações, verdade é também que o tribunal, para formar a sua convicção, tem de recorrer à audição/reprodução das declarações para, em conexão com a demais prova, poder valorá-la;

— O regime da prova pessoal antecipada constitui uma exceção à imediação, dado o receio de perda da prova, mas não sai mitigado o princípio pela leitura das declarações em audiência, uma vez que continua a não ser possível o contacto do juiz de julgamento com o declarante;

— Também o princípio do contraditório não sai prejudicado, atento que são dadas ao arguido todas as efetivas possibilidades de discutir, contestar e valorar as mesmas declarações, nomeadamente durante as inquirições e em audiência de julgamento.

Como bem mostram os votos de vencido, a decisão ora descrita é tudo menos consensual, sendo passível de colocar problemas de aplicação ao julgador, na medida em que, em certa medida, pode ser interpretada no sentido de colidir com o regime fixado na lei processual penal acerca desta matéria.

Conversão de créditos em Capital Social

Cláudia Isabel Costa
Advogada Estagiária
→ cic@servulo.com



Os credores cujos créditos constituam, pelo menos, dois terços do total do passivo da sociedade e a maioria dos créditos não subordinados, podem propor a conversão desses créditos em capital social da sociedade. E, no aumento de capital social que se seguirá, terão os sócios direito de preferência, sendo que o aumento deve ser realizado em dinheiro. Se a proposta de conversão efetuada pelos credores for rejeitada pela Assembleia Geral, estes podem intentar ação de suprimimento judicial da deliberação social. Nesse caso, os sócios detêm um direito de aquisição subsequente do capital social resultante da alteração do capital social, pelo seu valor nominal, se adquirirem ou pagarem o remanescente dos créditos detidos pelos credores proponentes.

A Lei n.º 7/2018, de 2 de março aprova o regime da conversão em capital dos créditos detidos sobre uma sociedade comercial ou sob a forma comercial com sede em Portugal e cujo volume de negócios seja igual ou superior a um milhão de euros.

Este regime permite que os credores cujos créditos constituam, pelo menos, dois terços do total do passivo da sociedade e a maioria dos créditos não subordinados proponham à sociedade a conversão dos seus créditos em capital social, caso se verifiquem cumulativamente os requisitos seguintes:

- 1.** o capital próprio da sociedade, tal como resultante das últimas contas de exercício aprovadas ou, caso existam, de contas intercalares elaboradas pelo órgão de administração e aprovadas há menos de três meses, seja inferior ao capital social, e
- 2.** se encontrem em mora, superior a 90 dias, créditos não subordinados sobre a sociedade de valor superior a 10 % do total de créditos não subordinados ou, caso estejam em causa prestações de reembolso parcial de capital ou juros, desde que estas respeitem a créditos não subordinados de valor superior a 25 % de total de créditos não subordinados.

As informações que os credores necessitem para a elaboração desta proposta podem ser solicitadas ao órgão de administração da sociedade.

Note-se que, após a conversão, o capital próprio da sociedade tem que ser superior ao valor do capital social à data da proposta de conversão, embora o regime admita que este aumento possa ser precedido de uma redução prévia de capital social para cobertura de prejuízos.

Prevê-se ainda um direito de preferência legal dos sócios, sendo o aumento realizado em dinheiro e aplicado na amortização dos créditos que seriam convertidos em capital.

Por fim, a Assembleia Geral deve reunir-se, no prazo de 60 dias após a receção da proposta, para aprová-la ou rejeitá-la.

Caso a recuse, não se realize a Assembleia Geral ou não se aprove ou execute as deliberações previstas na proposta no prazo de 90 dias a contar da sua receção, podem os credores proponentes requerer o suprimimento judicial da deliberação social.

A sentença homologatória é título bastante para a redução ou aumento do capital social.

Neste caso, trinta dias após o trânsito em julgado da sentença homologatória, os sócios podem adquirir ou fazer adquirir por terceiro por si indicado o capital da sociedade resultante da alteração, pelo respetivo valor nominal, desde que igualmente adquiram ou paguem na totalidade os créditos remanescentes sobre a sociedade, detidos pelos credores proponentes.

Magda Sousa Gomes

Advogada Principal | Área de Direito Laboral

→ msg@servulo.com



Alteração do Regime Jurídico da Transmissão de Estabelecimento

No passado dia 19 de março de 2018, foi publicada a Lei n.º 14/2018, a qual introduz modificações significativas ao regime da transmissão de estabelecimento, procedendo, assim, à décima terceira alteração do Código do Trabalho.

De entre as modificações introduzidas, cumpre, nomeadamente, destacar:

1. A consagração expressa da manutenção por parte dos trabalhadores transmitidos, de todos os direitos contratuais e adquiridos, nomeadamente retribuição, antiguidade, categoria profissional e conteúdo funcional e benefícios sociais adquiridos;
2. A alteração do conceito de “unidade económica”, devendo a mesma ser entendida como o conjunto de meios organizados que constitua uma unidade produtiva dotada de autonomia técnico-organizativa e que mantenha identidade própria, com o objetivo de exercer uma atividade económica, principal ou acessória;
3. o alargamento para 2 anos do prazo durante o qual o transmitente é solidariamente responsável com o adquirente, pelos créditos do trabalhador emergentes do contrato de trabalho, da sua violação ou cessação, bem como pelos encargos sociais correspondentes, vencidos até à data da transmissão, cessão ou reversão;
4. A consagração da obrigação de comunicação à ACT por parte das médias e grandes empresas, quanto ao conteúdo do contrato entre transmitente e adquirente. Mais, havendo transmissão de uma unidade económica, deverão ainda ser comunicados todos os elementos que a constituam. De referir que no caso das micro e pequenas empresas, tal obrigação dependerá de pedido da ACT;
5. A transmissão só pode ter lugar decorridos 7 dias úteis após o termo do prazo para a designação da comissão representativa,

se esta não tiver sido constituída, ou após o acordo ou o termo da fase de consulta aos representantes dos respetivos trabalhadores;

6. O alargamento do conteúdo do dever de informação, estabelecendo-se que o transmitente e o adquirente devem informar os representantes dos trabalhadores ou, caso não existam, os próprios trabalhadores, sobre o conteúdo do contrato entre transmitente e adquirente;

7. A pedido de qualquer uma das partes intervenientes, a ACT passa a poder intervir no processo de consulta e negociação;

8. A consagração do direito do trabalhador a resolver o respetivo contrato de trabalho com justa causa, quando a transmissão possa causar-lhe prejuízo sério, nomeadamente por manifesta falta de solvabilidade ou situação financeira difícil do adquirente ou, ainda, se a política de organização do trabalho deste não lhe merecer confiança. Nesta situação, o trabalhador terá direito a receber uma compensação calculada nos mesmos termos previstos para o despedimento coletivo;

9. A consagração expressa do direito de oposição do trabalhador à transmissão do seu contrato de trabalho em caso de transmissão, cessão ou reversão de empresa ou estabelecimento, ou de parte de empresa ou estabelecimento que constitua uma unidade económica, quando aquela possa causar-lhe prejuízo sério, nomeadamente por manifesta falta de solvabilidade ou situação financeira difícil do adquirente ou, ainda, se a política de organização do trabalho deste não lhe merecer confiança. A oposição do trabalhador obsta à transmissão da posição do empregador no seu contrato de trabalho, mantendo-se o vínculo ao transmitente.

A entrada em vigor destas e de outras alterações previstas na referida lei ocorreu no dia 20 de março.

Tramitação Eletrônica dos Processos da Jurisdição Administrativa e Fiscal

Portaria n.º 380/2017,
de 19 de Dezembro

Hong Cheng Leong
Advogado Estagiário
→ hcl@servulo.com



Entrou em vigor no dia 4 de janeiro de 2018 a Portaria n.º 380/2017, de 19 de dezembro de 2017, que revoga a Portaria n.º 1417/2003, de 30 de dezembro, e regula a tramitação eletrônica dos processos da jurisdição administrativa e fiscal.

Esta Portaria visa suprir as insuficiências da Portaria n.º 1417/2003, procedendo a uma concretização mais completa e inovadora do regime da tramitação eletrônica na jurisdição administrativa e fiscal, munindo finalmente o Sistema Informático dos Tribunais Administrativos e Fiscais (SITAF) de uma efetiva função de desmaterialização dos processos judiciais, em linha com o que foi eficazmente alcançado no âmbito da tramitação eletrônica dos tribunais judiciais (CITIUS).

Sem prejuízo da relevância de outros pontos, merecem destaque as seguintes novidades:

- 1.** O novo regime de tramitação eletrônica aplica-se não só aos processos nos tribunais de primeira instância, mas também aos processos nos TCAs e no STA. Porém, a aplicação deste regime não ocorre ao mesmo tempo nestes três níveis da jurisdição. Com efeito, em relação aos TCAs, a Portaria só é aplicável a partir de 3 de maio de 2018, ao passo que, em relação ao STA, a aplicação terá lugar só a partir de 18 de setembro de 2018;
- 2.** A apresentação de peças processuais e de outros documentos por via eletrônica, necessariamente em formato de PDF (preferencialmente na versão com conteúdo pesquisável), efetua-se através do preenchimento de formulários e ficheiros anexos disponibilizados no SITAF;
- 3.** Os advogados têm a obrigação de garantir que as informações/ documentos submetidos através do SITAF estejam inseridos nos campos de informações/ficheiros-anexos certos, sem prejuízo da possibilidade de correção posterior nos termos do artigo 6.º, n.º 3 da Portaria;
- 4.** Especialmente no que se refere ao requerimento de prova testemunhal, os advogados não só têm de efetuar o requerimento na própria peça processual, como devem preencher o campo de informação do formulário relativo à identificação das testemunhas e demais informação referente a estas.

Se este preenchimento for omissivo, os advogados serão notificados para procederem à regularização da situação, “sob pena de se considerar apenas o conteúdo do formulário inicial” (ou seja, a versão inicial do formulário em que não existe qualquer informação sobre as testemunhas arroladas na peça processual);

5. No momento de apresentação da peça processual, os advogados devem assinar digitalmente, através de certificado de assinatura eletrônica, um documento que reflète a informação inserida nos formulários. Este documento, juntamente com os ficheiros anexos – salvo o anexo “processo instrutor” – faz parte da peça processual para todos os efeitos legais.

De qualquer forma, importa salientar que a Portaria estabelece que as normas que preveem esta obrigação só entram em vigor no dia 15 de maio de 2018, sendo a sua aplicação obrigatória apenas para as peças enviadas a partir de 15 de junho de 2018;

6. A Portaria não deixa de prever situações excecionais em que, sobretudo em virtude da dimensão ou do formato dos documentos a apresentar, é possível proceder à entrega desses documentos em suporte físico – v. maxime o artigo 5.º, n.º 5 e o artigo 10.º, n.º 2 da Portaria;

7. Quer as notificações aos mandatários pelo tribunal quer as notificações entre mandatários passam a ser realizadas por transmissão eletrônica através do SITAF.

Em particular no que se refere às notificações entre mandatários, esta mudança conduz à plena aplicabilidade do artigo 255.º do Código de Processo Civil, segundo o qual, o SITAF certifica a data da elaboração da notificação, “presumindo-se esta feita no 3.º dia posterior ao da elaboração ou no 1.º dia útil seguinte a esse, quando o não seja”;

8. *Last but not least*, é importante referir que se encontra dispensada a “tradicional” junção do documento comprovativo do pagamento prévio da taxa de justiça. Para o efeito, é suficiente a indicação no formulário da referência que consta do Documento Único de Cobrança.

Carla Parreira LeandroAdvogada Principal | Áreas de Direito Financeiro & Governance
e Imobiliário, Urbanismo e Ambiente
→ cl@servulo.com

Cadastro Simplificado de Prédios Rústicos e Mistos e Balcão Único do Prédio — Incêndios de 2017

Fénix renascida ou acha para a fogueira?

A publicação da Lei n° 78/2017, de 17/08, criou um sistema temporário de cadastro simplificado para a adoção de medidas para imediata identificação da estrutura fundiária e a titularidade dos prédios rústicos e mistos e o Balcão Único do Prédio (BUPi), balcão físico e virtual, para permitir reunir e harmonizar, num único instrumento territorial, toda a informação física e jurídica sobre os prédios (registo matricial, predial e informação georreferenciada).

Quase duas décadas volvidas do século XXI, metade do território português, de si tão pequeno, não foi ainda sujeita a qualquer operação de cadastro. Manifestamente insuficientes para assegurar com rapidez, eficácia, e proatividade da participação espontânea das populações, os instrumentos de cadastro criados até hoje não permitiram a conclusão do cadastro predial em Portugal. Perante o fracasso assumido da Lei n° 152/2015, de 4/09, a nova Lei pretende gerar o prédio único, com o número de identificação predial (NIP), um cartão de cidadão dos prédios no território. A bondade da intenção é inequívoca. Com a publicação do Decreto-Regulamentar n.º 9-A/2017 de 3/11, poucos dias depois da entrada em vigor da Lei, pretendia-se concretizar a implementação e materialização dos dois instrumentos (cadastro simplificado e BUPi). O BUPi registaria para cada prédio uma estrutura de atributos cadastrais com localização administrativa, descrição predial (registo, matriz, área), promotor responsável pelo processo (entidade pública ou interessado); tipo de direito; identidade do representante; identificação do proprietário; e data e método para obtenção da representação georreferenciada. A operação permitiria a promoção oficiosa do cadastro por várias autoridades (i.e. Autoridade Tributária (“AT”) e Autarquias Locais), ou pelos interessados, mediante a apresentação de documentos comprovativos de titularidade, apoiada, se possível, por um esboço das estremas dos terrenos, recorrendo ao auxílio de técnicos habilitados



para o efeito, registados no BUpi, ou providenciados pelas entidades públicas para o efeito. Nas situações mais dúbias seria possível a validação da representação georreferenciada com reservas, havendo incerteza sobre a localização ou sobreposição de polígonos entre titulares, e a sua recusa sempre que as extremas colidissem com bens do domínio público. Prevvia-se ainda um modelo de composição administrativa de litígios sobre polígonos entre confinantes, para permitir, volvidos 40 dias da notificação aos interessados sobre a constituição da comissão administrativa designada para o efeito, presidida por um conservador do registo predial, e composta por um mínimo de 3 membros, entre representantes da AT, Instituto dos Registos e Notariado, Direção Geral do Território, ou Instituto da Conservação e Defesa das Florestas, a resolução do conflito em causa.

Poder-se-ia, ainda, (i) para prédios informalmente transmitidos por morte do titular originário, realizar o trato sucessivo; (ii) para prédios irregularmente titulados, suprimir deficiências pelo interessado junto da entidade registadora, que, a requerimento daquele, oficiaria as autoridades competentes para o fornecimento dos elementos adicionais que tenham em seu poder. Este procedimento, não pondo em causa o normal processo de registo predial ou matricial, permitiria que, nos casos objetivamente mais simples, a ausência de informação desse lugar à inscrição de novos prédios mistos ou rústicos, que, pela sua natureza, desconhecimento dos titulares, ou falta de incentivos, permaneceram no esquecimento ou em neblina jurídica, prejudiciais aos objetivos pretendidos. Por anteriores insucessos, foi estabelecido um período experimental até 31/10/2018 para esta operação de cadastro, que elegeu como áreas piloto os municípios afetados pelos incêndios de 15/06/2017 (Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra,

Penela, Sertã, Caminha, Alfândega da Fé e Proença-a-Nova) e culminará com a produção de um relatório de avaliação, com vista a eventual extensão a todo o território nacional. Acreditamos que este plano só singra se acompanhado de um esforço central de proximidade da operação de cadastro às populações e às instituições locais, com campanhas e equipas de campo, ações de formação, e ampla comunicação, para que a informação divulgada, as vantagens da proatividade dos particulares (com particular ênfase para a gratuidade dos procedimentos de realização do cadastro, até 31/12/2019, se recorrendo a entidades públicas) e a formação adequada às instituições para atualização dos prédios em esforço concertado sejam unívocos e inequívocos. Consultado o site do BUpi, <http://bupi.gov.pt>, verificámos que ainda não é possível fazer qualquer registo de prédios on-line, funcionando apenas como uma linha de apoio, com algumas informações e indicações de contato em caso de dúvida, e que o próprio site indica como gratuitos apenas os atos promovidos até 31 de Outubro de 2018 (fim do projeto piloto), versus o prazo de 31/12/2019 indicado regulamentarmente. Decorridos 9 meses da publicação da Lei, e 5 da sua regulamentação, são dados que nos preocupam, e nos levam a refletir sobre o efetivo esforço empreendimento na sua execução.

A presente publicação da Sérvulo & Associados tem fins exclusivamente informativos.
O seu conteúdo não constitui aconselhamento jurídico nem implica a existência de uma relação entre advogado cliente.
A reprodução total ou parcial do conteúdo depende da autorização expressa da Sérvulo & Associados.

Sérvulo & Associados
Sociedade de Advogados, SP, RL

Rua Garrett, 64
1200-204 Lisboa – Portugal

T +351 210 933 000
F +351 210 933 001/2

Momentum 

geral@servulo.com



Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, SP, RL